

# Notáveis vão pedir tempo para a Carta

Rio — O presidente José Sarney ainda não definiu a nova data, mas já está informado de que o anteprojeto da nova carta, a cargo da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, não estará concluído dentro do prazo inicialmente previsto, 16 de julho. O presidente da comissão, ex-ministro Afonso Arinos de Melo Franco deverá solicitar a prorrogação do prazo de entrega, possivelmente até fins de agosto ou início de setembro.

O trabalho dos subgrupos que analisaram os dez capítulos em que será dividido o anteprojeto de nova carta ultrapassou o tempo previsto e o mesmo está se repetindo na aprovação desses relatórios por todos os membros da comissão. Durante esta semana dois comitês reuniram-se em São Paulo com o objetivo de concluir seus relatórios sobre "Poder Judiciário e Ministério Público" e Poder Legislativo e organização partidária e "Poder Executivo" (os dois últimos temas forma fundidos, para efeito de debate). De acordo com o secretário-geral da comissão, Ney Prado, houve, de uma maneira geral, um adiantamento, mas não terminaram as discussões.

Nas conclusões sobre o "Poder Judiciário e Ministério Público", por exemplo, ainda não constam as propostas que o Supremo Tribunal Federal (STF) ficou de enviar. Na parte relativa ao Legislativo e Executivo, explicou Ney Prado, o relatório está quase pronto, faltando apenas algumas seções, como as que tratam das questões sobre funcionalismo público, tribunais de contas e orçamento.

A partir de hoje, nova rodada de reuniões será realizada no Hotel Glória, como vem acontecendo desde janeiro. Em sessão plenária, os conselheiros — restaram 45 dos 50 nomeados pelo presidente Sarney — vão examinar, item por item, os articulados (proposições de redação de artigos) do co-



mitê que estudou a matéria, juntamente com as emendas apresentadas por aqueles conselheiros que não integram o subgrupo.

Este processo tem-se revelado lento, mas parece sem solução, segundo Ney Prado, porque conforme o calor dos debates surgem propostas de emendas orais. Em algumas oportunidades já aconteceu de os conselheiros gastarem praticamente um dia inteiro de reunião para definir não mais do que cinco artigos. O assunto em pauta no decorrer dos próximos dias de reunião será a ordem social, cujos debates e conclusões foram coordenados pelo jurista Evaristo de Moraes Filho.

O capítulo engloba os direitos dos trabalhadores em seus mais amplos aspectos envolvendo os problemas ligados à família, moradia e às populações carentes. No final do mês passado, o assunto começou a ser debatido, mais ficou praticamente nas preliminares.

Até agora a comissão aprovou apenas dois relatórios e, se concluir a ordem social durante os três dias no Hotel Glória, restarão ainda sete. Depois ainda vem duas fases antes da redação final do anteprojeto. Uma comissão, cujos membros serão escolhidos por Afonso Arinos, fará uma triagem dos assuntos que verdadeiramente são matéria constitucional, excluindo os que não preencherem o requisito básico, e uma outra comissão fará a sistematização de tudo o que foi aprovado, ordenando a seqüência dos artigos, parágrafos e incisos dentro dos capítulos.